



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 137

10 de setembro de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
TJRJ	TJRJ divulga produtividade da última semana , disponibilizada em 09.09.2020.	<p>O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro produziu, na semana de 31 de agosto a 6 de setembro, 54.903 sentenças (50.023 na primeira instância e 4.880 na segunda instância), 57.005 decisões (55.481 na primeira instância e 1.524 na segunda instância), 150.900 despachos (142.759 na primeira instância e 8.141 na segunda instância) e 1.857.685 atos cumpridos por servidores (1.766.686 na primeira instância e 90.999 na segunda instância).</p> <p>Mais de 38 milhões de movimentações desde o início do RDAU.</p> <p>Do dia 16 de março, quando teve início o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência até o último domingo (06/09), o TJRJ totalizou 1.181.064 sentenças, 1.136.144 decisões, 3.012.899 despachos e 33.042.415 atos cumpridos por servidores. Uma produção que, se somada, passa de 38 milhões de movimentações (38.372.522).</p>
OAB	Em parceria com TRT, OAB/Petrópolis promove ambientação para audiências virtuais , disponibilizada em 10.09.2020.	Resultado de uma parceria da OAB/Petrópolis com as duas varas do Trabalho da comarca local, foi realizada nesta terça-feira, dia 8, uma reunião virtual entre juízes, advogados e servidores com a finalidade de incentivar a adesão dos colegas à realização das audiências virtuais, procedimento que ainda gera insegurança.
Migalhas	Covid-19: Cliente que comprou ingresso do Lollapalooza não será reembolsado imediatamente , disponibilizada em 10.09.2020.	Decisão da juíza de Direito Keila Cristina de Lima Alencar Ribeiro, do 2º JECCrim de Sobradinho/DF, julgou improcedente o pedido feito por um consumidor para que a T4F Entretenimento S.A, organizadora do Lollapalooza, restituísse de forma imediata o valor pago pelo ingresso. O evento, que deveria ter ocorrido em abril deste ano em SP, foi cancelado em decorrência da pandemia da covid-19.
MPT	Covid-19: MPT já ajuizou seis ações e instaurou mais de 15 inquéritos civis contra frigoríficos de MT , disponibilizada em 10.09.2020	<p>O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) já ajuizou seis ações civis públicas em face de frigoríficos com unidades em Mato Grosso desde o início da pandemia, cinco delas contra o grupo JBS/Friboi. Também já foram instaurados 15 inquéritos civis após a confirmação de casos de Covid-19 nas plantas e indícios de que as empresas não estariam adotando medidas para diminuir o risco de exposição de trabalhadores ao vírus no ambiente de trabalho.</p> <p>O MPT vem acompanhando desde maio, de maneira global, os casos de Covid-19 em frigoríficos no estado de Mato Grosso, antes mesmo da instauração do procedimento promocional (PROMO) nº 000534.2020.23.000/3, e determinando, sempre que há provas documentais de inconsistência no controle da pandemia, a autuação de investigação específica.</p>
CNMP	Coronavírus: Comissão da Saúde do CNMP lança a ferramenta Destcovid , disponibilizada em	A Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CES/CNMP) apresentou nessa quarta-feira, 9 de setembro, o painel de Business Intelligence (BI) da ferramenta Destcovid, que reúne as destinações de recursos realizadas pelos ramos e

	<p>10.09.2020</p>	<p>unidades do Ministério Público brasileiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.</p> <p>A apresentação foi feita, por videoconferência, pela presidente da CES, conselheira Sandra Krieger, e pelos membros auxiliares Jairo Bisol e Rafael Meira a procuradores-gerais de Justiça e ao procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro.</p> <p>A ferramenta Destcovid foi desenvolvida em parceria entre a Comissão da Saúde, a Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho, e atende à necessidade de garantir transparência e publicidade para os esforços do Ministério Público.</p>
<p>TRT-1</p>	<p>TRT/RJ atualiza regras sobre trabalho dos oficiais de justiça durante a pandemia, disponibilizada em 10.09.2020</p>	<p>O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) disponibilizou, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) desta quarta-feira (9/9), o Ato Conjunto nº 13/2020 (link para outro sítio), da Presidência e da Corregedoria Regional, que atualiza os procedimentos para o cumprimento de ordens judiciais pelos oficiais de justiça, considerando a situação de emergência em saúde em decorrência da pandemia de covid-19. A norma veda o trabalho externo a esses servidores, ressalvando o cumprimento de ordens judiciais urgentes - conforme previsão já existente no Ato Conjunto nº 2/2020 -, que serão efetuadas, preferencialmente, por meio eletrônico.</p> <p>Alguns fatores levados em consideração na edição do Ato foram a intensa exposição dos oficiais de justiça ao público externo, com contato direto e próximo com o jurisdicionado, bem como a possibilidade de que esses agentes venham a se tornar potenciais vetores de transmissão da doença,</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados